

KuPE

KULONGUELA PALA EKONGOKO
EDUCAR PARA A SAÚDE



RELATÓRIO SOBRE O ESTADO NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DO VIREI 2024

Promovido por:



Em parceria com:



MÉDICOS
COM ÁFRICA
CUAMM



CARITAS DE ANGOLA
Serviço Social da Igreja Católica
Diocese do Namibe

Com apoio da Cooperação Portuguesa:



CAMÕES
COOPERAÇÃO
PORTUGUESA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório sobre o estado nutricional do município do Virei 2024

Coordenação: FEC | Fundação Fé e Cooperação

Redacção: Sérgio Rebelo

Revisão: FEC | Fundação Fé e Cooperação

Design gráfico e paginação: Diogo Lencastre

Edição: FEC | Fundação Fé e Cooperação

Local de Edição: Namibe, Angola

Data de Edição: Janeiro de 2025

Tiragem: 130 exemplares

COPYRIGHT © FEC | Fundação Fé e Cooperação

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro do Camões, I.P.. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da FEC | Fundação Fé e Cooperação, CUAMM | Médicos com África e Caritas de Angola – Diocese do Namibe e não reflecte necessariamente a posição do Camões, I.P..

Os conteúdos desta publicação são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. Nem o Camões, I.P. nem qualquer indivíduo agindo em nome do mesmo é responsável pela sua utilização. As designações e a apresentação dos materiais e dados usados neste documento não implicam a expressão de qualquer opinião da parte do Camões, I.P., da Cooperação Portuguesa ou do Ministério dos Negócios Estrangeiros relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou zona, ou suas autoridades, bem como a expressão de qualquer opinião relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites. A referência a projectos, programas, produtos, ferramentas ou serviços específicos não implica que estes sejam apoiados ou recomendados pelo Camões, I.P., concedendo-lhes preferência relativamente a outros de natureza semelhante, que não são mencionados ou publicitados.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1. METODOLOGIA	9
2. ENQUADRAMENTO	11
a. CARACTERIZAÇÃO DO VIREI	11
b. SEGURANÇA ALIMENTAR NO VIREI	19
3. RECOMENDAÇÕES	29
MAPEAMENTO DOS ACTORES PÚBLICOS E PRIVADOS NA ÁREA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO NO VIREI	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. População do Namibe e Virei, 2017 e 2024.	14
Tabela 2. População do Virei, 2023.	14
Tabela 3. Área, produção e produtividade das principais culturas do Virei . . .	16
Tabela 4. Produção de cereais per capita (kg).	16
Tabela 5. Efectivo pecuário do Virei, campanha de 2022/23	17
Tabela 6. IPC Situação de Insegurança Alimentar Aguda no Virei, 2021.	20
Tabela 7. Manutenção do consumo alimentar	24
Tabela 8. Alteração do consumo alimentar	25
Tabela 9. Mecanismos de adaptação do consumo alimentar referidos nas entrevistas	26

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Agricultura de regadio em Cavelocamue.	15
Figura 2. Praga de matrindindi.	22

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Precipitação mensal acumulada	12
Gráfico 2. Temperatura média mensal	13
Gráfico 3. Anomalia das temperaturas médias do ar (período de referência 1981 a 2010).	22
Gráfico 4. Inflação em Angola de 2017 a 2024.	23

ÍNDICE DE CAIXAS

Caixa 1. Definição de IPC	10
Caixa 2. Calcissolos	13
Caixa 3. Chanas.	15
Caixa 4. Fome no mundo e em África.	19
Caixa 5. El Niño-Oscilação do Sul	21

LISTAS DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

DMS Direcção Municipal de Saúde

EDA Estação de Desenvolvimento Agrário

IDA Instituto de Desenvolvimento Agrário

FMI Fundo Monetário Internacional

INAMET Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

INE Instituto Nacional de Estatística de Angola

IPC Integrated Food Security Phase Classification (Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar)

ISV Instituto de Serviços de Veterinária

FRESAN Projecto de Fortalecimento da Resiliência e Segurança Alimentar e Nutricional em Angola

GoA Governo de Angola

GPN Governo Provincial do Namibe

KuPE Projecto Kulonguela Pala Ekongoko - Educar para a Saúde

MINAGRIF Ministério de Agricultura e Florestas

MOSAP Market Oriented Smallholder Agricultural Project (Projecto de Agricultura Familiar para o Mercado)

SUMÁRIO EXECUTIVO

A segurança alimentar em Angola é um tema da maior importância, considerando o contexto socioeconómico e climático do País. A insegurança alimentar está directamente ligada a períodos de seca que ocorrem com maior frequência no Sul do país.

Ciclicamente, o Sudoeste de Angola atravessa períodos de seca intensos que levam a fracas colheitas e à morte de gado. Embora estes períodos sempre tenham existido no passado, recentemente e num contexto de alterações climáticas, têm aumentado de frequência, intensidade e duração.

As populações lidam com a perda de gado e colheitas ao mesmo tempo que se regista inflação, em particular dos produtos alimentares. Tudo isto leva a situações de insegurança alimentar. As comunidades agropastoris, muito presentes no Sudoeste de Angola e no Namibe em particular, estão entre os grupos mais vulneráveis. Uma dieta nutritiva torna-se inacessível para muitos.

O Projecto Kulonguela Pala Ekongoko - Educar para a Saúde (KuPE) foca as suas actividades nesta parte de Angola, especificamente no município do Virei. Este encontra-se entre a Huíla, o Cunene e o resto do Namibe com reduzidos e deficientes acessos. As populações são na sua maioria rurais, agropastoris e transumantes, vivendo em núcleos dispersos.

O Virei apresenta escassa precipitação ao longo do ano, sem cursos de água relevantes. Os solos são de baixa fertilidade, com reduzida matéria orgânica, o que leva a uma agricultura de subsistência, com produções e produtividades extremamente baixas. A pecuária predomina, particularmente em regime de transumância. No entanto, o gado não é destinado ao mercado, envolvendo questões sociais marcadas que fogem a uma lógica comercial.

Prevê-se que a insegurança alimentar persista devido à irregularidade ou inexistência de precipitação, exiguidade da produção agrícola e preços inacessíveis. Face ao impacto das alterações climáticas na segurança alimentar das populações é provável a existência de períodos de escassez alimentar mais prolongados.

Medidas que possam solucionar, ou pelo menos, atenuar o problema passam pela manutenção das rotas de transumância, infra-estruturas hídricas e sistemas de rega, pela introdução de sistemas agrícolas mais resilientes num contexto de alterações climáticas, pelo reforço da extensão rural e a previsão atempada de medidas emergenciais de apoio à população. Todas estas medidas se não forem enquadradas no contexto cultural das populações locais terão resultados insatisfatórios e sem sustentabilidade.

1. METODOLOGIA

O Projecto Kulonguela Pala Ekongoko - Educar para a Saúde (KuPE), implementado pela FEC -Fundação Fé e Cooperação, em parceria com a CUAMM – Médicos com África e a Cáritas Diocesana do Namibe, no município do Virei, tem como objectivo *“reforçar a resposta integrada e com qualidade das estruturas de saúde e educação, em parceria com as autoridades municipais e da Província, para assim aumentar o conhecimento na área da nutrição e segurança alimentar”*.

Para atingir este objectivo, uma das suas actividades é a “Elaboração e divulgação do Estudo sobre o Estado Nutricional do Município do Virei”. Este pretende identificar os principais temas e desafios relativos à segurança alimentar e ser um instrumento válido para além da duração prevista do Projecto, através de uma lista de recomendações a desenvolver no futuro.

Esse estudo foi parcialmente realizado em modo remoto através da análise da documentação disponível. A informação disponível foi recolhida em instituições internacionais: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO¹), e nacionais: Instituto Nacional de Estatística (INE), Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) e Ministério de Agricultura e Florestas (MINAGRIF).

O período de análise escolhido foi o de 2017 até 2024, apresentando, sempre que possível, dados nesse intervalo de tempo. A escolha prende-se com um novo ciclo político que se iniciou em Setembro de 2017 com a primeira eleição de João Lourenço para a Presidência da República. Esta constituiu um marco na história recente do País, o que nos permitiu realizar uma análise seguindo um modelo de governação constante. A análise foi feita para um período que permite uma abrangência significativa de ciclos climáticos no município.

¹ Food and Agriculture Organization no original em inglês.

Sem previsão de realização ou actualização de inquéritos sobre a situação nutricional no Virei, usou-se como ponto de partida o relatório recente sobre a “Situação da Insegurança Alimentar e Nutricional Aguda nas Províncias de Cunene, Huila e Namibe”, realizado em 2021. Este último recorre ao *Integrated Food Security Phase Classification* (IPC)², um sistema de classificação globalmente utilizado para análise de situações de insegurança alimentar (ver Caixa 1). Foi realizado pelo Departamento Nacional de Segurança Alimentar, da Direcção Nacional de Agricultura e Pecuária do então Ministério da Agricultura e Pescas, hoje MINAGRIF. Teve o apoio do Projecto de Fortalecimento da Resiliência e Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (FRESAN). Em entrevistas realizadas para este relatório, este foi referido como uma referência importante na matéria e os dados no mesmo apresentados como fiáveis.

Partindo desses dados, tentou-se perceber como as populações lidaram e estão a lidar com situações de insegurança alimentar, mantendo ou alterando o seu consumo de produtos alimentares. Também a forma de adaptar o consumo foi analisado, tal como as repercussões no futuro mais imediato na vida destas populações.

CAIXA 1. DEFINIÇÃO DE IPC

A classificação IPC é um conjunto de ferramentas e procedimentos usados para classificar a gravidade e as características de crises alimentares com base em padrões internacionais. A classificação IPC visa fundamentar a resposta de emergência, bem como as políticas e programas de segurança alimentar a médio e longo prazo. Distingue entre Insegurança Alimentar Aguda, Insegurança Alimentar Crónica e Desnutrição Aguda.

Para a IPC, define-se Insegurança Alimentar Aguda como qualquer manifestação de insegurança alimentar encontrada numa determinada área e num determinado momento, com um nível de gravidade que ameaça vidas ou os meios de subsistência, ou ambos, independentemente das causas, do contexto ou da duração.

A IPC para a Insegurança Alimentar Aguda tem cinco categorias: a fase 1 é mínima, a fase 2 identifica dificuldades para encontrar alimentos, a fase 3 crise alimentar, a fase 4 emergência e a fase 5 é considerada uma catástrofe ou fome generalizada.

A informação recolhida deu origem ao capítulo de **Enquadramento** que se divide em *Caracterização do Virei e Segurança Alimentar no Virei*.

Posteriormente, realizou-se o trabalho de campo, que envolveu uma deslocação ao Namibe entre Outubro e Novembro de 2024. Esta foi essencial para recolher informação qualitativa *in loco*, tanto em Moçâmedes como no Virei, que permitiu confirmar e complementar a informação recolhida anteriormente. Foram realizadas 11 entrevistas, além de várias visitas com a equipa do Projecto ao terreno.

Todo este processo culminou numa lista de **Recomendações**.

² Em português - Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar.

2. ENQUADRAMENTO

a. CARACTERIZAÇÃO DO VIREI

O município do Virei está localizado na Província do Namibe, no Sudoeste de Angola. Situa-se entre a Huíla, o Cunene e o resto do Namibe e possui duas comunas: Virei (sede) e Cainde. Ficando próximo do Deserto do Namibe, é uma das regiões mais áridas do País. Tem uma extensão de 15 092 km².

A sua história é marcada por um relativo isolamento, onde Hereros, Nyaneka Humbis e Khoisan³ viveram e vivem há séculos. A colonização do Sul de Angola foi relativamente tardia (século XIX), organizada em torno da exploração dos seus recursos naturais e concentrada nas zonas mais costeiras, tal como Moçâmedes. O Virei, pelo seu isolamento, não foi tão influenciado, mas isto não quer dizer que a expansão da colonização para o interior não tenha deixado marcas. Existiram confrontos com as populações locais quando os colonos procuraram confiscar gado e terras para a pecuária e agricultura em grande escala, ao mesmo tempo que impunham alterações às rotas de transumância que eram usadas⁴.

No Pós-Independência e Pós-Guerra Civil, as autoridades nacionais procuraram promover o desenvolvimento do município existindo melhorias e investimentos em infra-estruturas como estradas, centros de saúde e escolas. Instalações recentes como a Biblioteca Municipal do Virei e a Casa da Juventude são prova disso.

No entanto, as infra-estruturas são muito limitadas e encontram-se concentradas nas áreas mais povoadas, em particular na sede do Município e no Cainde. As estradas

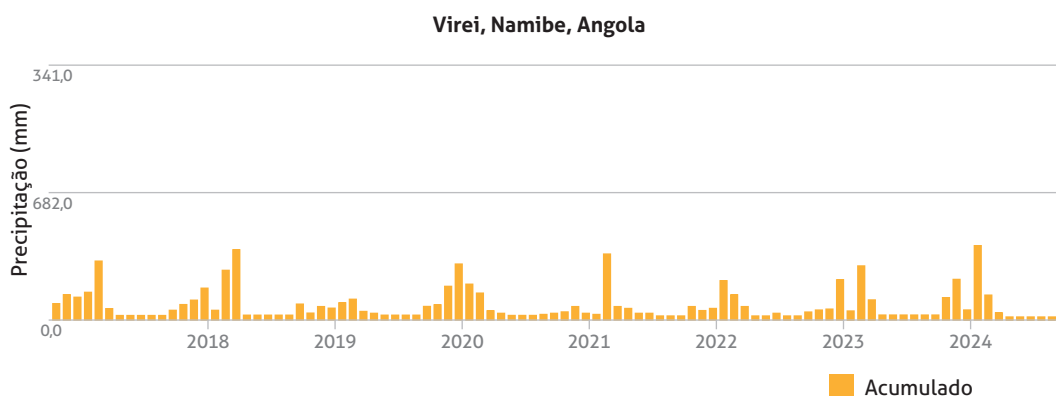
³ Dentro destes três grupos etnolinguísticos encontramos os três subgrupos actualmente presentes na Município: mucubais, mumúilas e mukuísses.

⁴ O exemplo mais conhecido será a Guerra dos Mucubais na década de 40 do século passado. Podemos encontrar referência a este conflito em "Vou lá Visitar Pastores" de Ruy Duarte de Carvalho.

apresentam um estado precário: a deslocação para a capital da Província, Moçâmedes (cerca de 120 km), demora 3 horas, do Virei ao Cainde (cerca de 60 km) 2,5 horas. Em todo o município não existe estrada asfaltada. Um autocarro circula entre o Virei e Moçâmedes 6 vezes por semana.

Ao nível infra-estrutural, a captação e distribuição de água potável são os maiores desafios, especialmente nas frequentes épocas de seca⁵. Sem cursos de água permanentes ou relevantes, a estação das chuvas vai de meados de Outubro a Março, com valores de precipitação anual por vezes abaixo dos 400 mm, ou seja, extremamente baixos.

GRÁFICO 1. PRECIPITAÇÃO MENSAL ACUMULADA⁶



Os valores apresentam variações inter e intra-anuais consideráveis. A disponibilidade de água, sendo fundamental para as populações, adquire aqui uma maior importância no contexto actual de alterações climáticas.

A infra-estrutura hídrica precisa de melhorias e terá de ser tida não apenas para o abastecimento humano, mas igualmente no que diz respeito à rega agrícola e ao abeberamento do gado. A maior parte desta infra-estrutura é composta por furos de água. A listagem fornecida pela Administração Municipal do Virei realizada em 2021, indicava a existência de 111 furos⁷. Destes 89 têm painéis solares, 21 são manuais e 2 usam gerador. Mas destes, cerca de 90% estão inoperacionais. A razão principal apontada foi a falta de água, com alguns furos feitos em alturas de seca menos intensa, ou seja, apanhando o caudal freático mais acima. Para além disso, mas com menor frequência, foi também referido o roubo de algumas bombas e avarias de painéis solares. Na reunião tida, foi indicada a necessidade urgente de reparação destes furos. Foi também

⁵ A seca pode ser entendida em diferentes contextos. Falamos de seca meteorológica (falta de precipitação), seca agrícola (insuficiência das necessidades hídricas das culturas), seca hidrológica (escassez de recursos hídricos) e seca socioeconómica (insuficiência hídrica para actividades humanas). Usaremos neste trabalho o termo "seca" como um conceito amplo que abrange todas estas dimensões.

⁶ Fonte: INAMET; Plataforma de Monitorização Agro-Climática, disponível em <https://clim2as.ipma.pt/>.

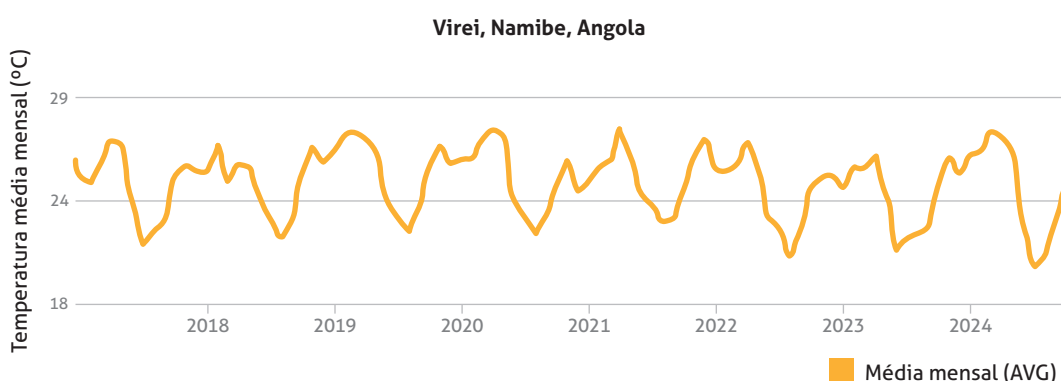
⁷ Foram referidas também 3 barragens, em Tchacuto, Tchitunda e Embala, mas que precisam de reparação e desassoreamento para o seu correcto funcionamento.

referido o armazenamento de água da chuva em algumas aldeias, mas com os níveis de precipitação existentes esta solução nunca será definitiva.

De referir ainda que em 2022 no âmbito do Projecto EKEVELO⁸, foi construída uma barragem subterrânea em Cavelocamue, no leito do rio Bero. Esta barragem apresentou resultados promissores, sendo que as autoridades do Virei fizeram dotações orçamentais específicas para a construção de outras barragens similares tentando replicar os resultados obtidos.

Por seu lado, a temperatura média é extremamente elevada como podemos ver no Gráfico seguinte.

GRÁFICO 2. TEMPERATURA MÉDIA MENSAL⁹



Os solos são calcissolos alcalinos de baixa fertilidade, com reduzida matéria orgânica e arenosos com elevada permeabilidade. A vegetação dominante são bosques secos de mopane (*Colophospermum mopane*), com algumas acácias e embondeiros dispersos. Podemos também encontrar várias gramíneas e leguminosas com potencial de forragem para o gado que é aproveitado durante a transumância¹⁰.

CAIXA 2. CALCISSOLOS

Este tipo de solos encontra-se em terras áridas, com elevados níveis de carbonato de cálcio quando a água se evapora do solo. Este carbonato acumulado muitas vezes forma uma crosta dura (calcrete) que impede ou dificulta a germinação das plantas, tornando a agricultura extremamente difícil.

⁸ Implementado em parceria pela FEC, Cáritas de Angola, Catholic Relief Services, Associação Veterinários Sem Fronteiras Portugal e o Instituto Superior Politécnico da Tundavala e subvencionado pelo programa FRESAN.

⁹ Fonte: INAMET; Plataforma de Monitorização Agro-Climática, disponível em <https://clim2as.ipma.pt/>.

¹⁰ O Virei fica integrado na Zona Agrícola 22/29 Litoral Sul, seguindo a classificação de Castanheira Diniz utilizada na sua obra "Características Mesológicas de Angola", cuja consulta se recomenda para uma análise mais detalhada dos aspectos fisiográficos, edáficos e da vegetação desta (e outras) zona(s).

Estas condições edafo-climáticas influenciam o modo de vida da população. A população, adaptada a elas, vive essencialmente em núcleos dispersos, resultando numa densidade populacional muito baixa (2,91 habitantes/km²), a mais baixa de toda a Província e uma das mais baixas do País.

Com bases nas projecções do último Censos populacional realizado em 2014¹¹, a população actual rondaria as 45.000 pessoas.

TABELA 1. POPULAÇÃO DO NAMIBE E VIREI, 2017 E 2024

	2017			2024		
	H	M	Total	H	M	Total
Namibe	267 322	282 535	549 857	339 046	355 070	694 116
Virei	17 369	18 646	36 016	22 030	23 433	45 463

Fonte: Projecções do Censos 2014, INE.

Dados recolhidos junto da Direcção Municipal de Saúde (DMS) do Virei indicam que a população em 2023 ficaria pelas 44 020 pessoas (dados não desagregados por género), o que confere aderência à realidade das projecções do INE.

TABELA 2. POPULAÇÃO DO VIREI, 2023

	População total	População <15 anos
Virei Sede	19 934	9 353
Cainde	24 086	11 306
TOTAL	44 020	20 659

Os dados da DMS permitem ver também que a população é extremamente jovem, seguindo uma tendência nacional: 47% da população total do Virei tinha menos que 15 anos, valor idêntico ao registado a nível nacional no Censos realizado em 2014.

No Virei vivem actualmente três subgrupos étnicos distintos: **mucubais**, **mumuílas** e **mukuísses**, estes últimos em menor número. Cada grupo possuindo diferentes características adaptou-se ao meio. São na sua grande maioria rurais, agropastoris, onde o pastoralismo é a parte central do estilo de vida, excepto para os mukuísses que não possuem gado. De resto, os mucubais não têm como tradição a prática agrícola ao contrário dos mumuílas que cultivam alguma terra. A origem mais a Norte, em zonas com maior precipitação e logo tradição agrícola dos mumuílas, face aos mucubais, poderá

¹¹ A recolha de dados para o Censos 2024 iniciou em 19 de Setembro, estando ainda em curso durante o período em que se realizou a visita ao terreno.

explicar este comportamento diferente. No entanto, técnicos agrícolas do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) contactados referiram que a prática da agricultura, face às dificuldades dos últimos anos, começa a ser também procurada por algumas mulheres mucubais. Estas vão fazendo parte das Escolas de Campo¹², em particular durante o período de transumância e da respectiva ausência dos maridos.

Assim, algumas famílias praticam uma agricultura de subsistência limitada. Devido à falta de chuvas, a agricultura de sequeiro, em particular dos cereais, enfrenta grandes desafios que levam a escassas produtividades e produções. Nas poucas zonas de chana, a humidade permite o cultivo de algumas culturas hortícolas, mas sempre em quantidades muito reduzidas.

CAIXA 3. CHANAS

São zonas mais ou menos extensas, ligeiramente depressionárias e com pouca drenagem. Com a precipitação, a água retida na sua superfície dá origem a alguma vegetação e a um maior teor humidade no solo que possibilita uma agricultura mais produtiva. O efeito cumulativo da presença de vegetação e do pastoreio de gado, aumenta o teor de matéria orgânica no solo.

Foram referidas algumas zonas agrícolas com algum potencial, em particular no Cave-locamue, Cainde e Luvar. Durante uma passagem pelo Cave-locamue, pudemos constatar que a agricultura era possível em regime de regadio com a captação de água através de bomba no leito seco dos rios temporários. Foi também indicada a existência de algumas fazendas comerciais com produções de tomate, melancia e milho.

FIGURA 1. AGRICULTURA DE REGADIO EM CAVELOCAMUE



¹² Metodologia de Extensão Rural, que consiste na aprendizagem prática por parte de adultos em meio rural. Não se limitando a técnicas agrícolas, pode incluir outras temáticas relacionadas (associativismo, comercialização, etc.) e outras não relacionadas (literacia, saúde e higiene, etc.).

No Virei o massango e a massambala são os cereais mais cultivados, seguidos do milho. Estes são parte integrante da dieta das populações. Não se regista qualquer produção de mandioca¹³, embora tenham sido indicadas experiências iniciais na implementação das Escolas de Campo por parte da Estação de Desenvolvimento Agrário (EDA) do IDA municipal.

TABELA 3. ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO VIREI

	Área (ha)	Produtividade (ton/ha)	Produção (ton)
Massango	575	0,5	287,5
Massambala	435	0,5	217,5
Milho	278	0,5	139
Mandioca	-	-	-

Fonte: Relatório do Ano Agrícola 2022-2023, Departamento Provincial do Namibe, Instituto de Desenvolvimento Agrário.

As produções e produtividades são muito baixas, mesmo no contexto angolano (em 2022/23 a produtividade dos cereais (medidos em conjunto) a nível nacional foi de 1,1 ton/ha¹⁴). Calculando o cereal total disponível per capita e dividindo estes pelos 365 dias de um ano, chegamos aos seguintes valores.

TABELA 4. PRODUÇÃO DE CEREAIS PER CAPITA (KG)

	Total	Per capita	Per capita dia
Total de cereais	644 000	14,63	0,040

A exiguidade destes valores, 40 gramas por dia por pessoa, implica necessariamente uma combinação de dois resultados: a importação de cereais para o município ou a prevalência de insegurança alimentar das populações.

Define-se o **período de carência**, desde o fim das suas reservas alimentares até à próxima colheita. É aqui onde as famílias dependem mais do mercado do que da sua produção. Este é geralmente observado a nível nacional entre Outubro a Março, entre a sementeira em regime de sequeiro e colheita das culturas alimentares, tendo sido

¹³ Para além destas há registo de produção em menor quantidade de outras culturas (batata doce, cebola, repolho, tomate, etc.) que não considerámos relevante.

¹⁴ Anuário Estatístico 2023; Ministério da Agricultura e Florestas; 2024.

registados um aumento deste período nos últimos anos. No entanto, pelo constatado no Virei, são poucas as famílias que praticam a agricultura e mesmo essas, geralmente mumuúlas, praticam uma agricultura de regadio daí que a definição do período de carência e eventuais medidas de apoio nesta fase, não tenham a mesma importância aqui.

Sendo a agricultura desafiante, esta é uma região com uma forte componente pecuária. O gado mais presente é o caprino, ovino e bovino, sendo que a maior parte dos agregados familiares possuem galinhas que usam para reforço da dieta alimentar. Algumas famílias possuem igualmente burros. Raramente se encontram suínos.

Recorrendo aos dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto de Serviços de Veterinária (ISV) do Namibe, através do Relatório do Ano Agrícola 2022-2023 do IDA, o efectivo pecuário no Virei era:

TABELA 5. EFFECTIVO PECUÁRIO DO VIREI, CAMPANHA DE 2022/23

Caprinos	Ovinos	Bovinos	Aves	Asinino	Suínos	Equino
500 000	260 000	160 000	149 875	1 310	600	500

No entanto, a pecuária não é virada para o mercado, sendo que o gado bovino apresenta uma tripla vocação (trabalho, leite e carne) e representa um valor em si mesmo. Envolvendo questões sociais marcadas e que fogem a uma lógica comercial¹⁵, este comportamento é típico dos povos do Sul de Angola. A produção de leite tradicional é crucial para as comunidades locais, sendo consumido leite azedo ao longo de todo o ano, numa mistura com milho ou massango ou massambala.

Os bois, o efectivo mais valorizado, são mortos e vendidos em situações muito específicas¹⁶. Quando se regista uma necessidade extrema de aquisição de produtos alimentares existe o abate de cabeças, mas é preciso notar que aí também o gado está magro e, por vezes doente, o que leva a preços mais baixos. No entanto, sendo esse comportamento uma situação limite e extremamente raro, a venda de cabritos é o modo mais frequente de lidar com estas necessidades. Um cabrito é geralmente trocado directamente por fuba de milho, através de comerciantes que os levam inteiros a Luanda/Moçâmedes em camiões ou “xotando” para Norte, até à Huíla. Esta troca não tem ligação com os mercados existentes no Município.

Mucubais e mumuúlas possuem práticas tradicionais que utilizam os recursos naturais de forma sustentável. A transumância é uma destas. Esta foi desenvolvida em resposta à escassez de pasto e água, sendo um sistema racional de aproveitamento de recursos

¹⁵ Ruy Duarte de Carvalho produziu extensa obra literária sobre este assunto. Transcrevendo da sua obra “Desmedida”: “é através do boi que um mucubal cresce, casa, faz filhos, prospera e come e bebe, e dança e brinca e sofre e chora e dá sentido à vida”.

¹⁶ Por exemplo um óbito, rituais de iniciação masculina ou a chegada da puberdade das meninas.

perfeitamente adaptado ao território. No caso do Virei, as rotas mais usadas são para Norte em direcção aos Quilengues (Huíla), Oeste para o Tômbwa e Este na direcção de Chiange (Huíla)¹⁷.

Importante referir que esta prática leva a uma grande dificuldade em corresponder as famílias¹⁸ a um determinado local pois muitas delas são nómadas. Isto tem implicações óbvias nos apoios a fornecer pelas entidades públicas, em áreas como a Saúde e Educação, entre outras.

Os períodos de seca também afectam o gado. A falta de água e pastagens afecta a sua saúde, reprodução (menos partos e um maior número de abortos) e produção de leite (menor quantidade de leite por parto). Isto leva ao agudizar das situações existentes de insegurança alimentar nestes períodos.

¹⁷ Em caso extremo, estas rotas são mais extensas havendo registos de rotas que chegam ao Cuanza Sul.

¹⁸ Neste trabalho entendemos como família que partilham a mesma alimentação e que têm o controlo sobre gado, produtos pecuários e agrícolas.

b. SEGURANÇA ALIMENTAR NO VIREI

Para uma definição de segurança alimentar recorremos à Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação (1997) onde se refere que *"existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e saudável"*.

Assenta em quatro pilares: disponibilidade, (oferta de alimentos suficientes em quantidade e qualidade); acesso (capacidade das pessoas de produzirem/adquirirem esses alimentos); utilização (uso adequado dos alimentos de maneira nutritiva); e estabilidade (garantia das condições ao longo do tempo).

Como principais factores de insegurança alimentar temos aqueles que dificultam a produção e/ou a distribuição de alimentos. Podemos apontar os conflitos, a variabilidade e extremos climáticos, as crises económicas, a falta de acesso a alimentos de qualidade e nutritivos, e desigualdade socioeconómica.

Medir a segurança alimentar envolve uma série de indicadores quantitativos e qualitativos, que permitem monitorar os quatro pilares mencionados. Entre os principais métodos de medição e para além do já referido IPC, incluem-se o Índice Global de Segurança Alimentar¹⁹ (Global Food Security Index - GFSI), que mede a segurança alimentar a nível nacional, considerando três categorias principais: preços acessíveis, qualidade/segurança e disponibilidade, e a Taxa de Prevalência da Insegurança Alimentar, que mede a privação de acesso garantido a quantidade suficiente de alimentos adequados ao normal crescimento e desenvolvimento para uma vida activa. Para além destes utilizam-se indicadores antropométricos, como taxas de desnutrição, obesidade, nanismo, entre outros.

Partindo de uma situação prévia de equilíbrio, a insegurança alimentar resulta da existência de choques e da capacidade em lidar com eles. Esses choques levam a que as famílias reajam procurando regressar ao equilíbrio e a uma situação de segurança alimentar.

CAIXA 4. FOME NO MUNDO E EM ÁFRICA²⁰

Segundo a edição de 2024 de "O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo", entre 713 e 757 milhões de pessoas podem ter enfrentado fome em 2023 – 1 em cada 11 pessoas no mundo e 1 em cada 5 em África.

¹⁹ Utiliza uma escala de 0 (menos) a 100 (mais favorável). No relatório mais recente (2022) Angola teve um resultado de 43,7 ocupando o 101º lugar entre 113 países. Sendo um indicador a nível nacional, não há desagregação provincial ou municipal.

²⁰ Fonte: "The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms".

Em 2021 cerca de 3,8 milhões de pessoas no Sul de Angola estavam em situação de insegurança alimentar e mais de 1,2 milhões de pessoas enfrentavam escassez de água²¹. Nesse mesmo ano foi realizado o relatório “Situação da Insegurança Alimentar e Nutricional Aguda nas Províncias de Cunene, Huila e Namibe” já referido na Metodologia e que se toma como referência para este relatório.

A situação encontrada no Virei entre Julho e Setembro era extremamente preocupante, como podemos ver na tabela abaixo.

TABELA 6. IPC SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR AGUDA NO VIREI, 2021

	População	Porcentagem
IPC 1	4 122	10%
IPC 2	10 306	25%
IPC 3	16 489	40%
IPC 4	10 306	25%
IPC 5	0	0
Total	41 222	100%

Embora não existisse população em situação de catástrofe (IPC 5) registava-se a existência de mais de metade da população (65%) entre a crise e a emergência (IPC 3+). Isto quer dizer que as famílias enfrentavam sérias dificuldades no acesso a alimentos, ou para satisfazer as necessidades alimentares mínimas. Nesse mesmo ano, a Administração Municipal distribuiu feno e ração para o gado como medida limite para a sobrevivência dos animais.

Para entender o que aconteceu desde 2021 há que identificar o que leva as populações à insegurança alimentar. No Virei, os choques que levam a estas situações, resultam geralmente da: 1) perda de gado e perda ou escassez de colheitas, e mais recentemente da 2) inflação dos preços, em particular dos preços de produtos alimentares. Ambos estes factores são atribuídos em grande medida a factores externos que as populações não controlam.

1) A **perda de gado e de colheitas** está ligada directamente à disponibilidade de água. Quando as chuvas caem atempadamente e em quantidades consideradas normais, existe maior disponibilidade de forragem e logo de gado. As sementeiras ocorrem na altura certa e as colheitas têm melhores condições para uma produção efectiva.

²¹ Fonte: Angola Country Climate and Development Report; World Bank Group; 2022.

Como vimos anteriormente os valores de precipitação do Namibe tornam a agricultura de sequeiro no Virei extremamente desafiante. Os baixos valores de produção e produtividade vistos anteriormente espelham isso mesmo.

Desde 2021 o Virei apresentou um comportamento climático melhor que esse ano. As precipitações de 2022 e 23 foram mais atempadas e em quantidade suficiente para obter alguma produção agrícola e pasto. Isto mesmo foi confirmado nas várias entrevistas realizadas, indicando 2021 como um ano extremo de insegurança alimentar no município.

No que se refere à próxima campanha agrícola, 2024/25, a época das chuvas que se iniciou em Setembro, o INAMET²² prevê uma precipitação com valores aproximados à média climatológica em grande parte do País e no Namibe em particular, sendo que até ao início de Novembro ainda não se tinha registado qualquer precipitação. Esta época 2024/25 decorre e decorrerá sob o efeito de La Niña.

CAIXA 5. EL NIÑO-OSCILAÇÃO DO SUL

O *El Niño* é caracterizado por um aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico equatorial, que influencia os padrões climáticos globais, afectando precipitações e temperaturas. Este agrava as condições de seca e calor no Sudoeste angolano e durante os eventos de *El Niño*, esta região pode sofrer uma redução de precipitação significativa.

Nos anos seguintes ao *El Niño*, ocorre *La Niña* em que se registam precipitações mais próximas dos valores médios e onde geralmente se recupera pasto e animais.

O fenómeno climático El Niño-Oscilação do Sul tem sido frequentemente apontado como a principal causa para esta situação de diminuição e irregularidade de precipitação. No entanto, face à informação existente não podemos afirmar que todos os períodos de seca no Sul de Angola estejam directamente associados ao *El Niño*²³. Mas podemos prever que, ocorrendo este fenómeno com maior intensidade, muito provavelmente existirão efeitos mais intensos na agricultura, pecuária e segurança hídrica na região.

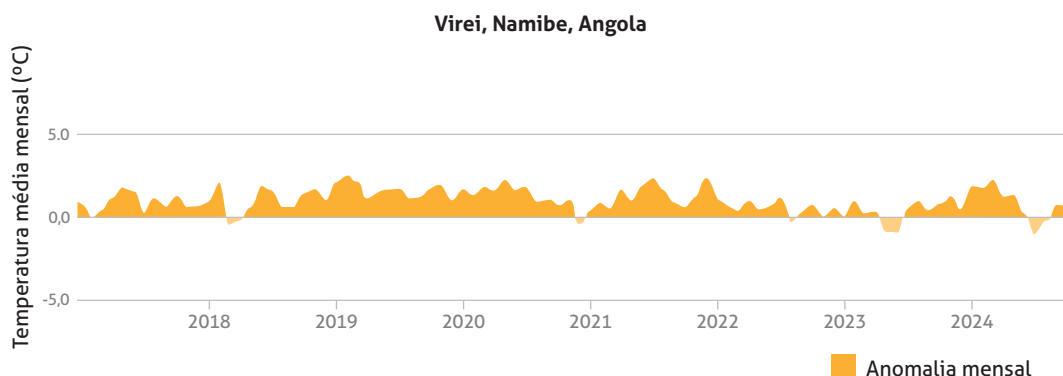
Para além da seca e fruto das alterações climáticas, projecções indicadas no Perfil de Risco de Desastres de Angola²⁴, estimam uma variação de crescimento da temperatura média anual de 1,2 a 4,1°C em 2100. Não tendo projecções específicos para o Virei, recorremos ao seguinte gráfico exemplificativo.

²² Projecção para Época Chuvosa 2024/25 referente ao período Setembro-Outubro-Novembro de 2024 em todo território Nacional; INAMET.

²³ Para mais detalhes consultar "Seca em Angola. Ponto da Situação 2020-2021. Causas, Respostas e Soluções" relatório produzido no âmbito do Projecto de Investigação "Environmental Disasters And Civic Mobilisations in Angola", da Universidade de Gotemburgo em parceria com o ISCED-Huíla.

²⁴ Elaborado pelo Centro Internacional de Monitorização Ambiental e Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres em 2019.

GRÁFICO 3. ANOMALIA DAS TEMPERATURAS MÉDIAS DO AR (PERÍODO DE REFERÊNCIA 1981 A 2010)²⁵



Podemos aqui ver os valores para anomalias da temperatura média do ar no Virei, comparando com o período de referência de 1981 a 2010. Como vemos, os valores registados de 2017 a 2024, são quase sempre superiores (a vermelho) aos registados no período de referência. De referir que todos os entrevistados indicaram a percepção da mudança de clima nos anos mais recentes, com temperaturas mais altas por maiores períodos de tempo e menor precipitação²⁶.

No caso específico do Virei e ainda relativamente à perda de colheitas, há ainda as pragas sazonais de *matrindindi* que destroem parte das colheitas agrícolas. Estes surgem com as primeiras chuvas e o consequente aparecimento de capim.

FIGURA 2. PRAGA DE MATRINDINDI



²⁵ Fonte: INAMET; Plataforma de Monitorização Agro-Climática, disponível em <https://clim2as.ipma.pt/>.

²⁶ Estes menores valores percebidos de precipitação nem sempre correspondem aos valores efectivamente registados (ver Gráfico 1).

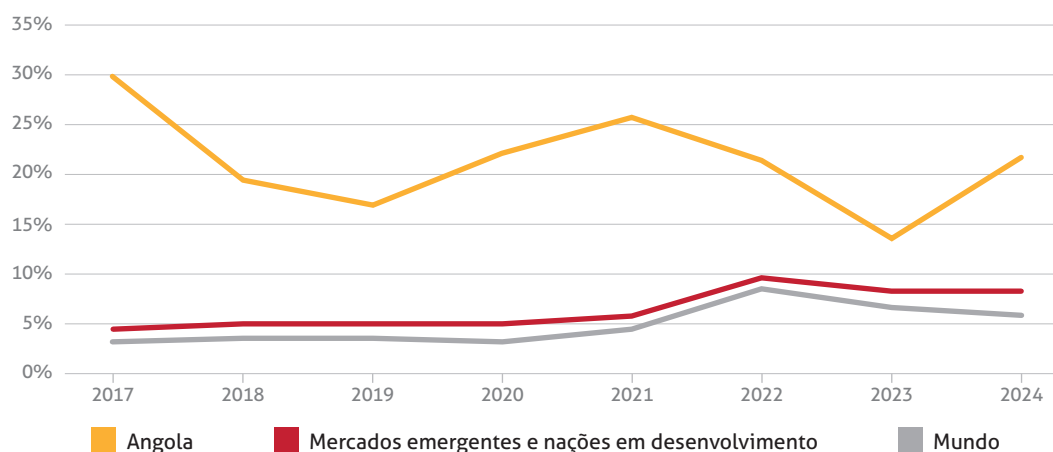
Para além disso, no ano passado registou-se uma praga de gafanhotos, com alguns dos entrevistados a referirem que teve origem na Namíbia. Foi registada pela primeira vez no Virei, tendo havido perdas nas culturas. A aplicação de insecticida foi eficaz na sua eliminação.

Dos quatro pilares relativos à segurança alimentar anteriormente referidos e no que toca à produção de alimentos, vemos que esta afecta sobretudo a disponibilidade e o acesso.

2) Há vários anos que se regista um acentuado **período inflacionário** em Angola. Este resulta de uma combinação de factores estruturais como a dependência de receitas do sector petrolífero, desvalorização da moeda nacional (kwanza) e a reduzida diversificação económica, e outros conjunturais, como o Covid19 ou a Guerra na Ucrânia.

Desde 2017, podemos ver que a inflação em Angola apresenta valores quase sempre superiores a 20%, bem acima dos valores registados globalmente.

GRÁFICO 4. INFLAÇÃO EM ANGOLA DE 2017 A 2024²⁷



Fonte: IMF, 2024.

No que diz respeito às produções agrícolas e em particular aos cereais, as alterações climáticas não afectam apenas o Sudoeste angolano, mas toda a região Sul do continente africano, afectando uma faixa que inclui a Namíbia, África do Sul, Zâmbia, Moçambique e Madagáscar, entre outros. Consequentemente, as colheitas de cereais tendem a ser baixas não só em Angola, mas igualmente em toda a zona Sul do continente. Isto compromete o fluxo de exportações, em particular dos maiores produtores/exportadores, África do Sul e Zâmbia, que poderiam amenizar a carência vivida em determinada zona. Diminuindo a disponibilidade no mercado regional, tal contribui directamente para o aumento de preços²⁸.

²⁷ Os valores para 2024 são projecções.

²⁸ GIEWS Special Alert No. 352 - Southern Africa.

Isto resulta que mesmo onde há alimentos disponíveis, a inflação torna-os cada vez mais difíceis de comprar. Na Província do Namibe, os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) para o mês de Agosto²⁹, registam um aumento de preços de 2,53% na classe “Alimentação e Bebidas não alcoólicas”. Podemos admitir que em locais mais isolados como o Virei, este valor será provavelmente ainda mais elevado. Mais ainda, muitas famílias vivem maioritariamente da uma economia de troca directa onde a existência de moeda é a excepção o que dificulta ainda mais a aquisição de alimentos com prejuízo frequente para as comunidades desmonetizadas.

No trabalho de terreno pudemos constatar que a maior parte da fuba de milho (produto mais comercializado) é trocado directamente por gado e, essencialmente, por gado caprino. Vários valores de venda no Virei foram referidos, oscilando entre os 15 000 e os 70 000 kwanzas, ou directo por fuba a 50kgs por cabrito, novamente com algumas variações. Pudemos também constatar em diversas entrevistas, que os termos de troca têm progressivamente sido menos favoráveis para as famílias rurais, ou seja, mais cabrito por menos fuba. A inflação reflecte-se na troca, pese embora não envolver moeda.

Dos quatro pilares relativos à segurança alimentar anteriormente referidos e no que toca à inflação, vemos que esta afecta sobretudo a disponibilidade, o acesso e a estabilidade.

Para lidar com os choques descritos acima e tentar regressar uma situação de equilíbrio, as famílias recorrem a estratégias de crise e/ou de emergência que podemos agrupar em dois grupos: **Manutenção** e **Alteração do Consumo Alimentar**³⁰.

A **Manutenção** pressupõe a aquisição ou oferta de alimentos, que fruto do choque a que a família esteve ou está sujeita, não consegue obter de outra forma e, em particular, da forma a que está habituada. Assim, as famílias recorrem a vários mecanismos, estando os principais descritos no quadro abaixo.

TABELA 7. MANUTENÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR

Modalidade	Mecanismo
Aquisição de alimentos	Venda de activos (gado, bens, ferramentas) Venda de lenha, bebidas tradicionais Poupanças Redução de despesas não alimentares Aluguer de tracção animal Trabalho para terceiros Endividamento
Oferta de alimentos	Ajuda alimentar junto de instituições de caridade Remessas de familiares e/ou amigos

²⁹ Folha de Informação Rápida N. °8, IPC Nacional, Agosto 2024.

³⁰ Esta parte do relatório toma como referência o trabalho de Adriano Gomes e do seu livro “A Ecologia da Sobrevivência”.

Relativamente à venda de activos esta pode significar diferentes estados da família perante o choque que a levou à insegurança alimentar. Assim, se a venda for de gado reprodutor ou ferramentas agrícolas necessárias ao ciclo produtivo da família podemos afirmar que esta se encontra num estado prolongado e crítico de insegurança alimentar, envolvendo já algum grau de desespero.

A **Alteração do consumo** dá-se de várias formas, geralmente complementares.

TABELA 8. ALTERAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR

Modalidade	Mecanismo
Redução	Menos refeições Menos quantidades
Diversificação	Alimentos de menor qualidade Recoleção Caça e pesca (quando possível)
Ajustamentos	Não farinar milho, torrando-o
Redução da família	Envio de crianças para familiares Migração temporária Centros de acolhimento

A diversificação resulta geralmente em dietas menos nutritivas, independentemente da origem dos alimentos. A pesca continental só será possível na presença de cursos de água, situação muito rara no contexto do Virei.

A redução dos membros da família, seja de que forma, é considerada uma medida extrema.

Neste trabalho partiu-se destas estratégias de **Manutenção** e **Alteração** para fazer uma análise qualitativa com base em entrevistas remotas e realizadas no local.

Todos os entrevistados sem excepção, referiram a existência de fome no Virei. No entanto, tal não foi evidente, sendo que nas entrevistas também se referiu que desde 2021 a situação melhorou face à precipitação registada desde então. Vários entrevistados referiram que a insegurança alimentar era menor nas zonas mais rurais, ao contrário da sede municipal e comunal.

Procurou-se então perceber junto das pessoas com mais experiência de trabalho com as comunidades locais, que mecanismos dos acima referidos eram usados, ou não, no Virei. Ou seja, como a população neste momento está a adaptar o seu consumo alimentar face à situação de fome indicada. Resultou assim a seguinte tabela:

TABELA 9. MECANISMOS DE ADAPTAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR REFERIDOS NAS ENTREVISTAS

	Mecanismo	
Manutenção do consumo	Venda de gado	80%
	Venda de lenha, bebidas tradicionais e óleo de <i>mupeke</i> ³¹	100%
	Redução de despesas não alimentares	60%
	Trabalho para terceiros	80%
	Endividamento	40%
	Ajuda alimentar junto de instituições de caridade	100%
	Remessas de familiares e/ou amigos	20%
Alteração do consumo	Menos refeições	100%
	Menos quantidades	100%
	Alimentos de menor qualidade	40%
	Recolecção	60%
	Não farinar milho, torrando-o	100%
	Migração temporária	80%

Analisando a tabela anterior são visíveis as ausências e alterações relativamente aos quadros anteriores, mostrando que as famílias fazem combinações dos vários mecanismos, adaptando-os ao seu contexto.

Em primeiro lugar, alguns deles não são usados. Assim, vemos que:

- não há recurso a poupanças, pois as famílias não poupam na forma de moeda (mas sim em efectivo pecuário);
- não há aluguer de tracção animal, sendo que as áreas lavradas são raras;
- não existe caça ou pesca. Por um lado, a pesca seria apenas possível quando os rios enchessem, mas isso são situações raras. Por outro a caça tem sido muito limitada, pois guardas monitorizam a vida animal e aplicam multas consideráveis. Foi referido também que os animais se têm deslocado para o Parque do Iona;
- não há envio de crianças para familiares. Este mecanismo foi posto de parte de forma clara por todos os entrevistados;
- não há recurso a centros de acolhimento e nenhum centro nos foi dado a conhecer.

³¹ *Ximenia caffra*, espécie arborea comum na região em estudo.

Analisando então cada um dos mecanismos da tabela anterior temos:

- a venda de activos resume-se à venda do gado, pois não houve registo de venda de ferramentas e outros bens. Quase toda as famílias o fazem, embora a maior parte de cabritos e não de gado bovino;
- à venda de lenha, bebidas tradicionais, acrescentamos o óleo de mupeke referido várias vezes. As famílias vendem estes produtos com grande frequência;
- a redução de despesas não alimentares é frequente, embora tenha sido referido uma excepção relativa ao consumo de bebidas alcoólicas por parte dos homens que é feito após a venda de gado;
- o trabalho para terceiros aparenta ser mais frequente nos mumuflas, trabalhando nas fazendas e nos núcleos urbanos do Virei e Cainde;
- foi referido que algumas famílias se endividam, mas em número reduzido e aparentando ser uma antecipação dos montantes disponibilizados pelo Kwenda³²;
- a ajuda alimentar é procurada junto dos serviços municipais e pontualmente da Cruz Vermelha, mediante a sua disponibilidade. Este ponto foi referido por todos os entrevistados.
- as remessas de dinheiro de amigos ou familiares são raras;
- foi referido transversalmente que muitas das famílias estão actualmente limitadas a uma refeição por dia;
- para além disso, as refeições realizadas disponibilizam menor quantidade de comida;
- relativamente à qualidade dos alimentos, não existe uma diminuição marcada, apenas a sua quantidade;
- a recollecção foi referida por diversas vezes, mas geralmente associada aos mukuísses;
- o processo de torrar o milho em vez de o farinar foi referido como uma prática habitual das famílias, tentando assim aproveitar mais do cereal;
- a migração temporária está associada à transumância, prática comum como já vimos, havendo no entanto ligeira discordância se esta ocorre no seio familiar (mais frequente), ou apenas entre os homens.

É importante notar que estes resultados foram obtidos a partir de uma reduzida amostra, que foi sendo seleccionada pelo autor durante as várias entrevistas. Não é, portanto, possível conferir a estes resultados uma objectividade que permita conclusões ou extrapolações, sendo a sua intenção a de dar um retrato da situação presente no Virei.

Finalmente, também o roubo de gado pode ser uma forma de lidar com situações de insegurança alimentar. Em 2021 muitas famílias reportaram casos de roubo no Virei: cerca de 75% dos agregados familiares criadores declararam a perda de bovinos e

³² O Programa Kwenda é um programa do Governo Angolano que realiza transferências directas de renda para famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade.

78% de caprinos³³. Embora o roubo do gado seja relativamente normal e ocorra fora de períodos de insegurança alimentar, este pode também ser um meio de lidar com a perda do efectivo pecuário familiar. No entanto, nas várias entrevistas realizadas, o roubo de gado não foi referido.

³³ Fonte: Situação da Insegurança Alimentar e Nutricional Aguda nas Províncias de Cunene, Huíla e Namibe.

3. RECOMENDAÇÕES

O Virei tem vivido períodos cíclicos de seca, mais intensos e mais frequentes. A população, embora habituada a estes períodos, tem encontrado crescente dificuldade em lidar com os ciclos mais recentes. Tudo indica que esta tendência será para continuar e aumentar de intensidade num cenário de alterações climáticas. Acresce ainda um longo período inflacionário que dificulta a aquisição de produtos alimentares.

No entanto, não foi aparente a existência de fome. Não sendo evidente, tal não implica que não exista pois ficou claro que as famílias estão neste momento a adaptar o seu consumo alimentar, estando, entre outros mecanismos, a realizar menos refeições. Pareceu também existir uma diferença entre as zonas fora das áreas mais densamente povoadas, malha urbana de Virei e Cainde, e o resto do Município. É nas primeiras que a insegurança alimentar aparenta ser mais pronunciada, pois as famílias rurais conseguem obter alimento, essencialmente através do gado. Este, e em particular o bovino, apresentou um aspecto saudável e bem nutrido em todas as visitas realizadas. E tendo em conta a importância social dos bovinos, é um indicador relevante que a situação existente em 2021, data do último relatório IPC, não é a mesma agora no final de 2024.

Perante este cenário, e ligados ao **Enquadramento** realizado, indicamos os seguintes desafios relativos à segurança alimentar que o Virei encontra actualmente:

- 1) Produção pecuária: Uma lógica de produção desligada do mercado, sendo a posse do gado um valor em si mesmo. Redução do efetivo pecuário ligada à ausência e/ou irregularidade das chuvas. **Como assegurar condições para a pecuária?**
- 2) Infra-estrutura e logística: Falta de infra-estrutura hídrica e em mau estado de conservação. **Como fornecer infra-estruturas de apoio à população?**
- 3) Produção Agrícola: Condições edafo-climáticas desafiantes, falta de infra-estrutura de rega, ausência de tradição, sem equipamentos adequados e sem práticas agrícolas adaptadas às alterações climáticas. **Como aumentar a produção e produtividade?**

- 4) Mudanças Climáticas: As mudanças climáticas afectam a produção agrícola e pecuária. A frequência e a intensidade das secas deverão aumentar no Sudoeste de Angola. **Como mitigar os seus efeitos, como adaptar as populações?**
- 5) Acesso aos alimentos: Muitas pessoas enfrentam dificuldades para produzir ou adquirir alimentos (suficientes e nutritivos) devido à falta de recursos financeiros. **Como assegurar um acesso regular de alimentos à população?**

De seguida apresentam-se recomendações para promover melhorias na segurança alimentar, procurando ligar cada um delas aos desafios anteriores. O envolvimento do Governo, aos vários níveis, das organizações não-governamentais e comunidades é condição essencial para qualquer tipo de sucesso das mesmas.

Neste ponto é importante referir que mucubais, mumúilas e mukuísses têm uma **cultura e racionalidade própria que deverá sempre respeitada e tida em conta**. As acções têm de se adequar aos seus destinatários e não o contrário. Muitas vezes transpareceu nas entrevistas a necessidade de educar estas famílias com o objectivo de otimizar o apoio disponível. A abordagem a adoptar, que se pretende ser a mais eficaz possível, deverá ser sempre de proximidade com as populações de forma a potenciar a disponibilidade do apoio.

- 1) **Manter rotas de transumância** – A manutenção destas é essencial para permitir a alimentação do gado, da qual depende a subsistência das famílias rurais. Estas resultam de práticas e estratégias das comunidades pastoris, bem-adaptadas às condições que mesmo num cenário de alterações climáticas continuam a ser eficazes. Impedindo ou dificultando estas rotas, levará a que esta seja praticada a distâncias cada vez maiores, na busca de água e pasto. Estes locais, em caso de competição com outros produtores (e.g. agricultores comerciais) e outros fins (e.g. água para outras comunidades) poderão levar à sua sobrecarga e a conflitos entre os vários utilizadores. Esta manutenção de rotas dependerá de uma visão supramunicipal e até supraprovincial, ao requerer esforços das várias Províncias do Sudoeste de Angola: Namibe, Huíla e Cunene.
- 2) **Reforçar infra-estruturas hídricas e sistemas de rega** - a inexistência, insuficiência e/ou falta de manutenção das infra-estruturas actualmente existentes aumenta em grande medida as situações de insegurança alimentar. Infra-estruturas de distribuição de água para irrigação destinada à agricultura familiar e água potável para os/as pastoralistas e para o seu gado são essenciais. Sistemas de irrigação comunitários, quando possível recorrendo a rega gota-a-gota, poderiam atenuar o défice hídrico que as culturas agrícolas sofrem regularmente. Estes esforços devem ser articulados com os respetivos serviços municipais dos sectores de água, energia, saneamento básico e higiene.
- 3) **Climate Smart Agriculture** - A tradução, Agricultura Climaticamente Inteligente, indica o seu objectivo. Embora os sistemas agropastoris tradicionais tenham sido aperfeiçoados ao longo dos tempos, estando assim bem-adaptados, as alterações climáticas têm levado à sua ruptura. Face a estes enormes desafios, há que conceber, implementar e capacitar as comunidades em sistemas mais resilientes, sustentáveis e produtivos. Um enorme desafio a que se junta um outro: estes sistemas não podem recorrer a tecnologia inacessível, tanto a nível logístico como operacional. Por outras palavras, soluções contextualizadas para problemas locais. O seu desenvolvimento será da responsabilidade da investigação agrária e

a sua disseminação dos serviços de extensão (ver recomendação "Capacitação"). As estruturas públicas angolanas apresentam grandes limitações para realizar estas tarefas, ainda para mais em zonas remotas como o Virei. Será aqui que projectos especificamente direccionados poderão desempenhar um papel importante complementando o trabalho dos outros. A introdução de culturas como a mandioca³⁴, a disseminação da batata doce ou de variedades mais resistentes à seca das culturas mais consumidas, será certamente de ser tida em conta.

- 4) **Capacitação** – As alterações climáticas são uma realidade e é urgente que exista um esforço na capacitação das populações sobre este tema. A metodologia de extensão rural das Escolas da Campo está a ser implementada com sucesso em Angola há mais de 20 anos. Quer o MINAGRIF através do IDA, quer projectos financiados/implementados por agências internacionais de desenvolvimento (MOSAP, FRESAN, entre outros), têm desenvolvido um trabalho reconhecido e capacidade humana para o implementar. Esta metodologia pode incluir treinamento técnico e suporte a práticas sustentáveis, apoio ao cooperativismo, acesso a crédito, entre outros e sempre num contexto de adaptação/mitigação de alterações climáticas. Entre essas, a educação sobre nutrição e práticas alimentares saudáveis é vital para garantir que as pessoas façam escolhas alimentares que promovam a saúde e o bem-estar. A EDA do Virei já está a desenvolver trabalho e recomenda-se a sua continuação e quando possível, expansão. No entanto, a eficácia dependerá da implementação local, do apoio contínuo e da sua adaptação a um contexto transumante. Neste momento estas Escolas incluem algumas mulheres que ficam durante a transumância do gado e a partida dos maridos. O FRESAN e os projectos por si financiados, como é o exemplo do EKEVELO implementado pela FEC entre 2020 e 2023, desenvolveram e desenvolvem trabalho que importa reter e eventualmente replicar.
- 5) **Previsão de medidas emergenciais de apoio à população** – É importante que face a situações de insegurança alimentar, existam medidas emergenciais de apoio à população. Estas podem ser antecipadas face a previsões meteorológicas, sendo, no entanto, essencial a monitoria e prevenção da desnutrição a nível do município de Virei. Acções concretas como a triagem constante nas comunidades, supervisão e formação dos técnicos municipais/provinciais em Gestão Integrada da Malnutrição Aguda, poderiam de forma atempada ajudar a prever a necessidade de intervenções nutricionais de alto impacto junto das populações afectadas. Aqui se inclui também a distribuição de feno, forragem e ração animal à semelhança do que já foi feito pela Administração Municipal.

Finalmente e numa perspectiva transversal, seria importante ter **dados segregados por género** para perceber a dimensão do problema em mulheres e meninas. Sem estudos desgregados por género podemos ter noção que mulheres e meninas têm acesso a uma alimentação de menor qualidade e tal foi indicado em algumas das entrevistas realizadas. Mas sem mais informação comparável e com base num período temporal relevante, não se poderá fazer mais do que apontar para a possibilidade do problema.

³⁴ Importante aqui a escolha de variedades com menos teor de ácido cianídrico, que não obriguem a lavagens e demoradas prolongadas e, portanto, ao uso de água abundante.

MAPEAMENTO DOS ACTORES PÚBLICOS E PRIVADOS NA ÁREA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO NO VIREI

Principais planos e instituições governamentais

Plano Nacional de Desenvolvimento para Angola 2023-2027 – Impacto socioeconómico sustentável – Este plano, enquadra-se na “Estratégia de Longo Prazo Angola 2050” e dá destaque às questões associadas à segurança alimentar. Esta é referida num dos eixos: níveis de segurança alimentar, permitindo o acesso a uma alimentação equilibrada, aumentar a produção nacional, reconhecendo que há muita a fazer para assegurar à população.

Relativamente à Província do Namibe, destaca-se a construção das barragens do Bero, Curoca, Inamangando, Carunjamba, Giraul e Bentiaba, bem como canais associados.

Plano de Desenvolvimento Provincial do Namibe 2023-2027³⁵ - Apresenta 7 eixos estratégicos, com grande dispersão de objectivos face às muitas necessidades identificadas. No que diz respeito ao Virei apresentam-se muitos projectos/actividades o que tornará desafiante a sua implementação. Relativamente à segurança alimentar, o Programa 6.5.3: Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional pretende alcançar níveis satisfatórios de segurança alimentar e nutricional, através do aumento da produção agrícola das famílias rurais. Existe também uma referência à promoção de “acções de educação nutricional que valorizem a utilização dos alimentos locais” através do Gabinete Provincial da Saúde.

Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola (PCESSA) – Consiste na construção de infra-estruturas de armazenamento e distribuição de água nas regiões afectadas, incluindo o Namibe. Recentemente foi autorizada a concepção e construção das barragens do Bero, Curoca 2, Giraúl, Carujamba e Inamangando. Igualmente

³⁵ Tivemos acesso à sua versão de discussão.

foi autorizada a recuperação e dessoreamento de 43 barragens e represas de retenção nos municípios da Bibala, Camucuio, Moçamedes e Virei.

Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) – Esta estratégia foi publicada em 2009 e desenhada para o período entre 2009-13. Tinha como objectivo geral “*contribuir para que todos os angolanos tenham a todo o momento, disponibilidade de alimentos com qualidade e variedade adequada, e acesso físico e económico a esses alimentos que lhes permita contribuir para o desenvolvimento humano, económico e social de Angola*”. Não existe referência específica a acções para o Namibe e para o Virei.

O ENSAN II (2022-2030) está actualmente em fase de revisão e actualização, para posterior publicação.

Administração Municipal do Virei – A Administração Municipal distribui produtos alimentares junto da população carenciada em períodos de maior insegurança alimentar, mediante a disponibilidade financeira. Em períodos extremos já foi distribuída alimentação animal.

IDA – Este Instituto possui a sua Direcção Geral em Luanda, tendo uma dispersão territorial que chega ao nível municipal com a instalação de EDA's. Estas têm como missão apoiar os agricultores familiares na sua actividade, sendo as Escolas de Campo uma das metodologias preferenciais para esse apoio. O Virei tem uma EDA com 6 técnicos, 1 viatura e 5 motos, que prestam apoio às famílias rurais.

ISV - Este Instituto tem como missão a coordenação e execução das políticas e estratégias definidas no domínio da pecuária nacional. Possui uma Representação Provincial de Veterinária e ao nível municipal um técnico no Virei, mas sem instalações ou veículo próprio.

Principais planos e instituições não governamentais

Cruz Vermelha de Angola – Foi referido durante várias entrevistas que a Cruz Vermelha entrega pontualmente comida na Sede do Virei. Aparentemente esta entrega não tem uma planificação que permita prever e conciliar com outros Programas em curso no Município, sendo realizada mediante disponibilidade.

FRESAN – Programa financiado pela União Europeia e parcialmente gerido pelo Instituto Camões entre 2018 e 2025. O objectivo é contribuir para a redução da pobreza e vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional nas províncias do sul de Angola, focado na agricultura familiar, acesso a água, sistemas de informação sobre segurança alimentar e nutricional e adaptação às alterações climáticas. No Virei, realizou acções de formação nas áreas de saúde e nutrição e apoiou o projeto EKEVELO (FEC) e Transágua, implementado pela ONG COSPE.

Kwenda – O Programa de Fortalecimento da Protecção Social, mais conhecido por “Kwenda”, é um programa do Governo Angolano. Uma das suas acções mais visíveis, são as transferências monetárias para as famílias em situação de maior vulnerabilidade, sendo que estas foram já realizadas no município do Virei.

MOSAP 3 – O MOSAP, nas suas várias edições, é um Projecto de Referência na agricultura familiar em Angola. Financiado pelo Banco Mundial, com um período de implementação entre 2023 e 2029, tem actualmente uma projecção nacional, incluindo o Namibe. Não se conhecem acções concretas no Virei, mas poderá ser relevante num contexto de expansão das Escolas de Campo.

Projecto de Reforço da Resiliência dos Agricultores Familiares (SREP³⁶) – Projecto financiado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola³⁷ (IFAD) e Agência Francesa para o Desenvolvimento tem um período de implementação previsto de 2019 a 2026. Apoiou o IDA na compra de veículos para o EDA do Virei e à semelhança do MOSAP, poderá ser relevante num contexto de expansão das Escolas de Campo.

Projecto KuPE – Implementado no Virei desde 2022 e com data de conclusão prevista para Março de 2025. Resulta da parceria entre FEC, a CUAMM – Médicos com África e Cáritas Diocesana do Namibe e enquadra-se numa estratégia no âmbito da resiliência.

Projecto EKEVELO - Implementado desde 2020 até 2023 pela FEC, em parceria com a Cáritas de Angola, a *Catholic Relief Services*, a Associação Veterinários Sem Fronteiras Portugal e o Instituto Superior Politécnico da Tundavala, no âmbito do Programa FRESAN. Pretendia melhorar a segurança alimentar e nutricional de 4 comunidades afectadas pela seca no município do Virei, no Namibe. O trabalho com estas famílias envolveu: capacitações em técnicas agro-pecuárias e a utilização de sementes mais adaptadas ao contexto; a construção de infra-estruturas de água que garantam o acesso para consumo humano, animal e para rega agrícola; a aposta em sistemas de rega que minimizem o desperdício de água; a produção de suplementos alimentares para o gado; sensibilizações sobre alimentação e nutrição às comunidades do município, entre outras acções transversais ao projecto.

³⁶ *Smallholder Resilience Enhancement Project* no original em Inglês.

³⁷ *International Fund for Agricultural Development* no original em Inglês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida António; Os Bosquímanos de Angola; Lisboa; Instituto de Investigação Científica e Tropical; 1994.

Blanes, Ruy L, Carolina v. Cardoso, Helder a. Bahu e Cláudio Fortuna (2022). Seca em Angola. Ponto da Situação 2020-2021. Causas, Respostas e Soluções. Relatório de Pesquisa. Gotemburgo Lubango: School of Global Studies & ISCED-Huíla.

Dala Edna; "Autorizada verba para construção de cinco barragens no Namibe"; Jornal de Angola, edição de 30 de Outubro de 2024; Luanda.

Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação, 1996.

Departamento Provincial do Namibe do Instituto de Desenvolvimento Agrário; Relatório do Ano Agrícola 2022-2023.

Diniz, Castanheira; Características Mesológicas de Angola; 2.^a edição revista; 2006; IPAD; Lisboa.

Direção Nacional De Agricultura e Pecuária, Ministério da Agricultura e Pescas, Situação da Insegurança Alimentar e Nutricional Aguda nas Províncias de Cunene, Huila e Namibe; 2021.

Instituto Nacional de Estatística; projecção da População da Província do Namibe 2016-2050; 2016.

Instituto Nacional de Estatística, Folha de Informação Rápida N. 08, IPC Nacional, Agosto 2024.

FAO, GIEWS Special Alert No. 352 - Southern Africa, April 2024.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2024. The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome.

FSIN and Global Network Against Food Crises. 2024. GRFC 2024. Rome.

Ministério da Agricultura e Florestas; Anuário Estatístico 2023; 2024. Luanda.

Perfil de Risco de Desastres de Angola; Nairobi: UNDRR e CIMA Research Foundation; 2019.

Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027 Impacto Sustentável Económico; Ministério do Planeamento do Governo de Angola; 2023.

Plano de Desenvolvimento Provincial do Namibe 2023-2027 (versão de discussão); Governo da Província do Namibe, 2023.

Ruy Duarte de Carvalho; "Desmedida: Crónicas do Brasil"; Biblioteca Editores Independentes, 2008.

Ruy Duarte de Carvalho; "Vou lá visitar pastores"; Bolso Cotovia, 2015.

Rocha Teresa (coord. geral); Seca em Angola 2012 – 2016, PDNA Avaliação das Necessidades Pós-Desastre.

